



Índice

- 01 "Sesai realiza seleção para convênios sem consulta aos indígenas e sob suspeitas de favorecimentos". Envelopes serão abertos amanhã, 6/11
- 02 MS – Grande assembleia do povo Terena – Hánaiti Ho' Únevo Têrenoe – de 13 a 16/11, na TI Nioaque
- 03 Em Manaus, indígenas ocupam Funai e exigem saída de atual coordenador do órgão
- 04 Falta de leis e de fiscalização permite exploração irregular de madeira em terras indígenas
- 05 CDH tenta evitar conflito por causa da criação de reserva no Mato Grosso
- 06 Mulheres e povos e comunidades tradicionais são contemplados no Brasil Agroecológico
- 07 Justiça determina reintegração de posse de fazenda em Japorã
- 08 Dourados: Operação do MPF fiscaliza comércios que vendem produtos sem qualidade para índios
- 09 Bares da Reserva vendem mercadorias estragadas para índios
- 10 MG – Jagunços ameaçam Sem Terra e Quilombolas e apreendem seu gado em Almenara
- 11 Agricultores do Rio Grande do Sul protestam contra a demarcação de terras



- 12** O "tamanho da Bélgica" e a importância da garantia das terras indígenas no Brasil
- 13** Código Mineral: de costas para a sociedade
- 14** 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena será adiada para dezembro, mas importante é noticiar a agenda do Secretário
- 15** "Não há orientação suficientemente ampla capaz de nortear a ação do Estado em relação à questão do índio no Brasil", disse Maggi
- 16** Índio não quer mais apito. Agora índio quer livros!
- 17** Procurador averigua denúncias de 'confisco' de cartões de indígenas
- 18** "FIM DOS CONFLITOS NA REGIÃO NÃO DEPENDE DA PF"
- 19** Justiça determina avaliação de terras em conflito em MS
- 20** Audiência revela exploração ilegal em terras indígenas
- 21** XII Jogos Indígenas reúne 48 etnias brasileiras e representantes internacionais de 11 países
- 22** Artista plástica realiza exposição indígena no Centro Multicultural da Orla
- 23** MPF, Vigilância e Inmetro apreende carnes e vistoria alvarás
- 24** Comunidade quilombola promove almoço em alusão ao Dia da Consciência Negra
- 25** Acontece a III CONAPIR em Brasília. 1500 negros, quilombolas, ciganos e religiões de Matrizes Africanas em busca de visibilidade e respeito!
- 26** Dilma envia ao Congresso projeto de cotas raciais em concursos públicos
- 27** Comunidades tradicionais pedem aprovação de projeto



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

-
- 28** [Senado discute políticas públicas para as comunidades tradicionais](#)
 - 29** [Comunidades tradicionais pressionam pela aprovação do PL 7447](#)
 - 30** [Capital sediará encontro de povos e comunidades tradicionais do Cerrado e Pantanal](#)



"Sesai realiza seleção para convênios sem consulta aos indígenas e sob suspeitas de favorecimentos". Envelopes serão abertos amanhã, 6/11
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013

Por Renato Santana, de Brasília (DF), no Cimi



Sem consulta às instâncias de representação ou controle social dos povos indígenas, o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), realizará nesta quarta, 6, em Brasília, Chamamento Público para a seleção de entidades aos convênios de atenção à saúde indígena. O edital foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no último 21 de outubro sem a Sesai ao menos informar aos indígenas.

O chamamento ocorre depois de gravação apresentada na Conferência Distrital Yanomami, em Roraima, em que coordenadores do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Yanomami e da Missão [Evangélica] Caiuá estão juntos ao deputado estadual Jânio Xingu acertando detalhes sobre contratações e distribuição de cargos

num até então suposto Chamamento Público, confirmado agora com a abertura dos envelopes nesta quarta. A denúncia foi feita pela Associação Hutukara Yanomami (veja aqui).

"Aumentaram os recursos, mas não melhorou a saúde e a qualidade de vida. Hoje existe mais remoção do que prevenção dentro da TI Yanomami. Chama a atenção o fato de que em 2012 foram gastos R\$ 16.500,00 com o pagamento de funerária. E no período de janeiro a setembro de 2013 esse gasto aumentou para R\$ 81.880,00", informa trecho do documento de denúncia da Associação Hutukara.

As atuais entidades conveniadas, Missão [Evangélica] Caiuá, Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip), movimentaram, entre 2011 e 2013, conforme dados da Sesai, mais de R\$ 1 bilhão de verbas públicas destinadas para a saúde indígena. Porém, no Mato Grosso do Sul, conforme o Conselho Distrital de Saúde do Estado, a morte de crianças de 1 a 4 anos aumentou 43,5% no mesmo período.

Para lideranças indígenas, a falta de consulta para este Chamamento Público é de se estranhar. Entre 1999 e 2009, sob a criação do Subsistema de Saúde Indígena, todos os

CONT.



convênios do governo precisavam de autorização dos Conselhos Distritais. Mesmo com o iminente vencimento do prazo de dois anos de contrato das entidades conveniadas, os indígenas questionam porque apenas agora, e num prazo curto, a Sesai decidiu fazer o processo.

Além disso, o atual chamamento exige o Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social (Cebas), bastante questionado por entidades que prestam serviços de saúde, porque só é concedido àquelas que disponham de hospital e laboratório. Esta exigência foi derrubada por força de lei, mas a Sesai segue exigindo o certificado – coincidentemente a Missão [Evangélica] Caiuá, a SPDM e ao Imip possuem o Cebas.

Caos na saúde indígena

O aumento orçamentário para a saúde indígena neste ano foi de 33,20%. Em 2012, os recursos chegaram ao montante de R\$ 690,7 milhões. Em 2013 saltou para R\$ 920 milhões – um aumento de quase R\$ 230 milhões. Na ocasião, final do ano passado, o secretário da Sesai, Antônio Alves, afirmou que o orçamento era ainda maior devido aos recursos aportados à saúde indígena por outras secretarias, caso das vacinações. Não falta dinheiro, sobra ingerência e óbitos.

“O que é revoltante é que este descaso acontece mesmo quando a Sesai duplicou o teto (...) A criança é acometida com uma gripe, por exemplo, e sem a medicação básica nos postos o quadro vai se alterando até o óbito. O médico transcreve a receita e muitas vezes o índio não tem acesso às unidades de saúde”, disse Fernando de Souza Terena, coordenador do Condise do Mato Grosso do Sul, em 24 de outubro deste ano, ao jornal Progresso (MS).

Em outras regiões do país a situação é a mesma. Em setembro, quatro crianças Araweté foram a óbito depois de diarreia e vômito. No Maranhão, até a metade deste ano, 12 crianças do povo Guajajara morreram com problemas também de fácil tratamento, incluindo gripes que evoluíram para broncopneumonia.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

MS – Grande assembleia do povo Terena – Hânaiti Ho' Únevo Têrenoe – de 13 a 16/11, na TI Nioaque

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 5.11.2013

A Grande Assembleia do povo Terena - HÂNAITI HO' ÚNEVO TÊRENOE – será realizada na Aldeia Brejão, Terra Indígena Nioaque/MS, de 13 a 16 de novembro de 2013. Veja abaixo a Programação.



PROGRAMAÇÃO

Dia 13 – Quarta-feira

17:00 hs – chegada

19:00 hs – Abertura e noite Cultural:

- Mesa das lideranças indígenas
- Momento de reza tradicional
- Dança Kohixoti Kipáe
- Dança Siputrema
- Vídeos – Imagens da luta do movimento indígena

(cada comunidade deve preparar uma apresentação cultural uma dança, uma música etc...)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Dia 14 – Quinta-feira: TEMA – Análise da luta do Povo Terena: desafios e perspectivas

7 hs – Café da manhã

8 hs – Questão Fundiária – conjuntura nacional da luta dos povos indígenas

- Portaria AGU 303 e PEC 215

- Projeto de Lei 1.610/96 – Mineração em terras indígenas

- Ministério Público Federal – MPF – Procurador da República Dr. Emerson Kalif

- Situação das terras do Povo Terena, Kadiwéu, Kinikinau e Ofaié (HO' ÚNEVO TÊRENOE)

- Presidência da FUNAI

- Situação jurídica das terras indígenas Guarani e Kaiowá

- Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá

- APIB

- CIMI

- A política indigenista e Convenção 169 OIT

- Secretaria de Articulação Social da Presidência da República

- Questão da segurança nas aldeias

- Equipe técnica federal dos direitos humanos

19:00 hs Janta

20:00 hs – Apresentação Cultural Guarani/Kaiowá

Dia 15 – Sexta-feira: TEMA – Educação escolar indígena

7:00 hs – Café da manhã

8:00 hs – Educação escolar indígena

Representante indígena do Conselho Nacional de Educação no MEC

Educação Superior Indígena (acadêmicos indígenas / Prolind-UFMS / Bolsa universitária)

Secretaria Estadual de Educação

Secretarias municipais de educação

Representante dos Povos do Pantanal no MEC

Representante Guarani Kaiowá no MEC

13:00 hs – Informes da Saúde Indígena

Dia 16 – Sábado: Encaminhamentos finais

7:00 hs – Café da manhã

CNPI

Conselho dos Povos indígenas e sua organização

Questão Política

Documento Final

Realização:

Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe

Conselho do Povo Terena

Apoio:

Conselho Aty Guasu

Cimi

NEPPI/UCDB

Rede de Saberes/UCDB

Dep. Pedro Kemp

Funai

Em Manaus, indígenas ocupam Funai e exigem saída de atual coordenador do órgão
SÍTIO AMAZÔNIA, 6.11.2013

Cerca de 30 índios de, no mínimo, quatro etnias estão acampados na sede do órgão, reclamando da falta de diálogo com o atual coordenador



Índios ocupam a sede da Funai em Manaus pedindo a saída do atual coordenador do órgão (Bruno Kelly)

Indígenas de várias etnias realizam, desde 15h30 desta segunda-feira (4), uma manifestação pacífica na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus, localizada na avenida Maceió, Zona Centro-Sul da capital. Até o final da tarde, o grupo era composto por 28 guerreiros das tribos Mura, Apurinã, Kokama e Miraña, que reivindicavam a exoneração do atual coordenador do órgão, Eduardo Desidério Chaves.

De acordo com o líder dos manifestantes, o cacique Ney Pacheco, há mais de um ano o coordenador assumiu o cargo e não deu início a nenhum diálogo com os indígenas. Ainda segundo ele, alguns integrantes do grupo buscam iniciar o procedimento do Rani (registro de identidade indígena), porém não recebem do órgão a documentação necessária.

"Chegamos aqui e não vimos ele (Desidério) sair. Disseram a nós somente que iam falar com o pessoal de Brasília para tentar obter alguma resposta", afirma Pacheco.

CONT.

Os indígenas informaram que uma assembléia interna foi realizada para sugerir um possível substituto para o cargo de Desidério Chaves, onde foi apontado o nome de Eudefonso Cavalcante.



Duas viaturas da Polícia Militar (PM) acompanham o protesto. Os indígenas estão acampados em redes no estacionamento da sede e informaram que a manifestação não tem previsão de término até que algum retorno seja dado.

O grupo prometeu esperar na sede da Funai pela chegada de outros índios nesta terça-feira (5), para dar continuidade à manifestação.

Fonte: A Crítica
Com informações da repórter Steffanie Schmidt



Falta de leis e de fiscalização permite exploração irregular de madeira em terras indígenas

SÍTIO PORTAL ORM, 6.11.2013

Os técnicos apresentaram documentos, memorandos e fitas de vídeo para comprovar a autorização ilegal

A possibilidade de explorar riquezas naturais, como minérios e madeira, em terras indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida, a biodiversidade local e a sustentabilidade dos povos nativos, foram discutidos ontem, em Brasília, na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal. Para que a exploração desses recursos seja autorizada, o Congresso Nacional precisa aprovar proposição estabelecendo em que condições as terras dos índios podem ser utilizadas para o desenvolvimento dessas atividades.

Segundo denúncia dos técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai), José Nazareno Torres de Moraes e Valdir de Jesus Gonçalves, que atuam em Belém e Tabatinga (AM), respectivamente, a falta dessa regulamentação e a omissão das autoridades competentes para coibir a extração ilegal, levaram um procurador da República a autorizar a derrubada de árvores em seus territórios, mesmo sem haver previsão legal para tanto, para "quitar débitos" com madeireiros e outros atravessadores.

Os técnicos apresentaram documentos, memorandos e fitas de vídeo para comprovar a autorização ilegal concedida pelo procurador da República Reginaldo Trindade, que segundo eles, promoveu mais devastação da floresta amazônica e instigou outras etnias a pleitear o mesmo tratamento, como os zoró e os cinta-larga. Os suruí, de Rondônia, foram os primeiros beneficiados. O descaso das autoridades competentes por fiscalizar e reprimir a atividade contribuiu mais ainda para o crescimento da destruição, disseram.

Outro caso mencionado pelos técnicos indigenistas diz respeito à exploração ilegal de diamantes nas terras dos índios cinta-larga, no garimpo Roosevelt. Segundo contaram, as pedras apreendidas em operações policiais podem até mesmo ter sido trocadas por outras rochas de menor valor. Eles pediram ajuda da comissão para apurar as responsabilidades dos que se omitiram ou permitiram as irregularidades mencionadas. Também pediram auxílio aos indígenas, para que não mais se submetam a ilegalidades ao buscar meios para sobreviver além das cestas básicas doadas pelo governo.

"Tem que ser por via dessa comissão o desencadeamento do dispositivo legal que falta para os índios saírem da marginalidade e pararem de conviver com a miséria. Tenho certeza que daqui

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

mais uns dias a represália vai vir sobre nossas cabeças, mas estamos prontos para responder em todas as instancias necessárias", destacou José Nazareno.

O coordenador geral de gestão ambiental da Funai, Jaime Siqueira, afirmou que a instituição não é contrária à exploração sustentável de recursos naturais das terras indígenas e cobrou do Congresso Nacional a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que traz essa previsão e foi diretamente negociado com várias etnias. "Não há uma visão romântica nem radical no sentido de que não devemos aproveitar os recursos dentro de terra indígena, desde que seja regulamentado e devidamente discutido com os indígenas. No estatuto, existe certo consenso em relação a essas questões", lembrou. Siqueira também concordou que deveria haver mais presença do Estado nas terras indígenas e que os ilícitos ocorrem por absoluta ausência das autoridades nesses locais.

Segundo afirmou, a Funai não tem dado conta sozinha do recado com o efetivo que tem hoje. Só neste ano, 30% dos servidores irão se aposentar, sem previsão de novos concursados assumirem, informou. Ele também depositou esperanças na recém-criada Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), para promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas.

Vários senadores participantes da reunião se disseram estarrecidos com as denúncias. Cícero Lucena (PSDB-PB) chegou a questionar se não seria o caso de instalar uma comissão parlamentar de inquérito e sugeriu a convocação da presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, e do procurador Reginaldo Trindade para esclarecimentos. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento de audiência, afirmou que a Funai é conivente por não impedir as ações ilegais.

por Thiago Vilarins, da Sucursal Brasília
Fotos: Geraldo Magela/ Agência Senado



CDH tenta evitar conflito por causa da criação de reserva no Mato Grosso
SÍTIO CLIP TV NEWS, 6.11.2013

A possibilidade de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no município de Luciara (MT) está dividindo a opinião da população e, para auxiliar nas providências que evitem a deflagração de um conflito sério e violento, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou debate sobre o tema nesta quarta-feira (6).

De um lado estão os chamados retireiros, criadores de gado que usam as áreas de várzea do rio Araguaia para o pastoreio durante as secas, levando os animais para terras mais altas durante a cheia e que contam com a criação da RDS para a manutenção desse meio de vida. Contra a criação da reserva estão o prefeito da cidade, alguns fazendeiros e grande parte dos habitantes, que estariam sendo insuflados por informações erradas.

Durante a audiência pública, os representantes das comunidades tradicionais afirmaram que a mobilização contrária à RDS está relacionada com a disputa por terras, grilagem e atividade agropecuária. Com a área de preservação, não poderia haver a expansão da plantação de arroz ou de soja, por exemplo, explicou Lidiane Taderny, representante dos retireiros. Ela afirmou que teme pela vida de seus familiares, pois somente eles ainda são favoráveis à área de preservação e vêm sofrendo muita pressão dos grupos mais poderosos.

Já houve um episódio violento na região há pouco mais de um mês, quando protestos contra a criação da reserva fecharam o acesso à cidade, impediram a entrada de professores, confundidos com servidores do Instituto Chico Mendes (ICMBio) que fariam levantamentos na área, e levou até mesmo à ocorrência de atentados contra as lideranças dos retireiros. A Polícia Federal precisou entrar nas investigações.

Os habitantes das cidades temem a expulsão de suas casas e terras sem indenização, prejuízos ao comércio local e impossibilidade do uso das margens do rio para o lazer, pois se tornariam um local "intocável", segundo dados coletados pela Ouvidoria Agrária Nacional em audiência pública realizada no fim de outubro em Luciara, explicou Marcelo Nicolau, assessor do órgão. A população também reclamou de falta de informação sobre o processo, acrescentou.

O presidente do ICMBio, Roberto Ricardo Valentim, rejeitou, durante a audiência, a acusação de não transmitir informações à população. Segundo ele, o prefeito do município é informado de todos os passos e nenhuma ação é feita sem a participação das partes interessadas.

– Não acreditamos que seja por falta de informação. É por uma posição contrária que deveria ser expressa por outras vias – disse.

CONT.



Valentim lembrou ainda que a população tem certo trauma referente à criação de reservas, pois uma vila nas proximidades, Posto da Mata, foi edificada em terra indígena e precisou ser evacuada. Eles devem temer que o mesmo aconteça ali, citou.

Reserva

A criação da reserva ainda está em processo de avaliação, lembrou o coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Mato Grosso, Fernando Francisco Xavier, e pode nem ocorrer. Mas se os estudos provarem que a manutenção da atividade dos retireiros é importante para a preservação do Meio Ambiente e manutenção do equilíbrio ecológico, a criação poderá ser efetivada, independentemente de titulação da área.

Segundo explicou o retireiro Jossiney Evangelista, o pedido de criação da área de preservação teve início em 1999, quando apareceram supostos proprietários das áreas de várzea utilizada pelas comunidades pastoris, presentes desde a década de 1960 e que ajudaram a fundar a cidade. Com medo de perderem seu modo de vida tradicional, as famílias apresentaram o pedido.

Ariovaldo de Oliveira, professor da Universidade de São Paulo (USP) que realizou o estudo fundiário da região, explicou que, de acordo com o mapa fundiário do local, 70% dos títulos do município estão nas mãos de pessoas que nunca foram a Luciara, que as usam para fins hipotecários, mas nunca abriram fazendas produtivas. Isso permitiu a instalação e expansão por vários anos da atividade dos retireiros, agora ameaçados.

Entretanto, mesmo esses títulos podem ser considerados suspeitos, já que as margens de rios, pela Constituição, devem ser geridas pela União, e não caberia aos estados os emitirem. Além disso, grande parte das terras está em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para fins de reforma agrária. A falsificação de títulos e a grilagem já foram, inclusive, investigadas pela Polícia Federal, lembrou.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), autor do requerimento para a realização da audiência, proporá um debate com representantes do Incra sobre o tema. Também vai propor à CDH a ida de uma diligência à cidade. Ele pedirá ainda os resultados das investigações sobre a queima da casa de Jossiney ao delegado responsável e ao governador do estado. O parlamentar também quer saber quais foram os desdobramentos da operação da Polícia Federal para investigar os títulos falsos.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Mulheres e povos e comunidades tradicionais são contemplados no Brasil Agroecológico

SÍTIO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 6.11.2013

Uma maneira de reconhecer e resgatar a história das mulheres do campo e dos povos e comunidades tradicionais no que se refere à prática de orgânicos.

Esse é um dos conceitos do Plano Brasil Agroecológico, lançado pelo Governo Federal. Para as agricultoras familiares, nesse sentido, foi reservada cota de 50% de participação nos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) voltados para a agroecologia.

A Ater, aliás, é o carro-chefe do Brasil Agroecológico. Para a prestação dos serviços, serão investidos R\$ 260 milhões para contemplar 58 mil famílias que produzem de forma orgânica – dentre elas, mulheres, assentados, jovens rurais e povos e comunidades tradicionais. O assentamento da reforma agrária da agricultora Verônica Santana, por exemplo, já começou a produzir dessa forma. Aos poucos, as 92 famílias que vivem no assentamento Vitória da União, no município de Santa Luzia do Itanhy (SE), se organizam para que a produção de hortaliças e frutas seja agroecológica.

“O que temos sentido na nossa região é o avanço das agroindústrias, do agronegócio, principalmente no uso de agrotóxicos. Algumas famílias aderiram a esse sistema, chegando a ficar endividadas e outras até falidas. É aí que começa toda a discussão da produção de alimentos diversificados e de como podemos potencializar essa discussão em torno dessa produção de alimentos saudáveis”, argumenta.

Segundo ela, a Ater deve ser cada vez mais valorizada. “Um dos desafios que enfrentamos é mudar o modelo de Ater. A agricultura familiar tem um conhecimento sobre isso e ele precisa ser considerado, respeitado. A assistência técnica deve ser uma troca de conhecimentos”, afirma Verônica Santana.

Valorização

Para a coordenadora-geral de Organização Produtiva e Comercialização da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/ MDA), Renata Leite, o Brasil Agroecológico veio para valorizar o lugar da mulher nas práticas orgânicas. “Esse Plano reconhece o papel das mulheres na construção dos ecossistemas. Ele contribui para que o Governo Federal desfaça essa relação desigual entre homens e mulheres”, diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

O secretário nacional de Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini, acredita que a participação das mulheres no Plano é um avanço importante. "Serão destinados 30% dos recursos a atividades exclusivas com mulheres agricultoras e jovens que trabalhem de forma orgânica. Além disso, há o número de 50%, no mínimo, de participação das mulheres que serão assistidas", ressalta. Ele afirma que é o primeiro passo para beneficiar esse tipo de agricultura. "A Ater é uma das prioridades para fortalecer a agroecologia", observa.

Povos e comunidades tradicionais

O Plano Brasil Agroecológico reservou uma parcela de seus recursos aos povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos etc. Para atender 26 mil famílias agricultoras que praticam agroextrativismo sustentável, por exemplo, serão destinados R\$ 132 milhões. Seis mil famílias de pescadores e aquicultores familiares terão à disposição R\$ 9 milhões para ações de estruturação produtiva.

O coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, explica que o Plano vem reforçar uma prática antiga desse público. "Historicamente, povos e comunidades tradicionais sempre praticaram a agroecologia, por ser algo passado de geração em geração. Essas comunidades produzem produtos orgânicos, livres de agrotóxicos. Se para outros segmentos essa é uma discussão que busca ser incorporada, para esses povos ela apenas reforça uma prática utilizada há séculos", reflete.

(Ministério do Desenvolvimento Agrário)



Justiça determina reintegração de posse de fazenda em Japorã

SÍTIO REPÓRTER MS, 6.11.2013

A Justiça Federal determinou reintegração de posse na fazenda Chaparral, em Japorã, a 477 km de Campo Grande. A decisão, de terça-feira (5), cita que os proprietários da área relataram que dezenas de indígenas da Aldeia Porto Lindo ocuparam a fazenda no dia 23 de outubro, quando foram expulsos com seus funcionários e não puderam mais retornar ao local.

Também menciona que os indígenas teriam utilizado da violência na ocupação. A determinação é pela saída imediata e, em caso de resistência, que seja utilizada a força policial.

A decisão também justifica que foi considerada a “urgência da situação, inclusive dadas as depredações relatadas e a dificuldade de alimentação e manejo do rebanho na fazenda, sendo de se observar, também, que a quantidade de feriados no período agravou a urgência, determinando a fixação do prazo estipulado”.

A fazenda está inserida na terra indígena Ivy Katu, de pouco mais de nove mil hectares, onde a demarcação pela Fundação Nacional do Índio (Funai) teve início há 29 anos. Em 2005, o ministério da Justiça declarou a área de posse permanente dos índios. Segundo informações do Ministério Público Federal (MPF/MS), a demarcação física foi realizada e resta a homologação da demarcação pela Presidência da República.

G1/MS



Dourados: Operação do MPF fiscaliza comércios que vendem produtos sem qualidade para índios

SÍTIO MS RECORD, 6.11.2013

Comerciantes irregulares podem responder processo criminal e ter bens bloqueados

Uma operação do Ministério Público Federal (MPF) realiza nesta quarta-feira (6) um verdadeiro “arrastão” em estabelecimentos que costumam vender produtos sem qualidade para índios de Dourados. Os fiscais também combatem outra prática ilegal, comerciantes pegam dos índios o cartão do Bolsa Família como garantia de pagamento.

Durante a ação, todos os mercados que ficam perto da reserva indígena foram cercados, e policiais da Força Nacional fizeram a segurança.

Os policiais encontraram, dentro de um estabelecimento, produtos com prazo da validade vencido, carne estragada, linguiça com corante em excesso e até um pacote sendo vendido como peixe, mas o que mais tinha dentro era espinho.

A operação do Ministério Público Federal envolve a Vigilância Sanitária, o Inmetro e o Procon. Os fiscais vistoriam cerca de 40 estabelecimentos de Dourados, que ficam próximo ou a caminho das aldeias. O objetivo é impedir a venda de alimentos impróprios ao consumo e obrigar comerciantes a adequar as condições do estabelecimento para continuarem vendendo mercadorias de acordo com a lei.

A operação também quer acabar com uma prática comum em Dourados, a retenção do cartão do Bolsa Família dos índios como forma de garantia de pagamento, o que é ilegal. Os proprietários dos estabelecimentos podem responder a um processo criminal e ter os bens bloqueados pela justiça. (Colaborou Miriam Névola, TV MS Record)



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Bares da Reserva vendem mercadorias estragadas para índios

SÍTIO DOURADO NEWS, 6.11.2013

Uma operação do MPF (Ministério Público Federal), em conjunto com a Vigilância Sanitária do Município, está retirando de circulação produtos e mercadorias com prazo de validade vencidos que continuavam sendo comercializados pelos bares e mercearias das proximidades da Reserva Indígena de Dourados.

O procurador Marco Antônio Delfino de Almeida determinou ainda que equipes da Força Nacional e do Inmetro acompanhassem os trabalhos. Segundo o que se apurou, os estabelecimentos estão vendendo carnes estragadas e produtos vencidos, afrontando a dignidade humana dos indígenas.

MG – Jagunços ameaçam Sem Terra e Quilombolas e apreendem seu gado em Almenara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013



O conflito entre trabalhadores Sem Terra e Quilombolas trabalhadores e jagunços/pistoleiros da fazenda Marobá, em Almenara, está ficando pior.

Depois de realizarmos algumas reuniões em Belo Horizonte, há alguns dias, os Quilombolas e Sem Terra voltaram para Almenara levando um documento expedido pelo INCRA que garante a permanência deles na Fazenda Marobá até a conclusão do Processo. Chegando em Almenara, eles foram até o Batalhão da PM para apresentar tal documento e pedir agilidade a fim de, apresentando o documento fisicamente, evitar os conflitos que as ameaças diretas e os boatos estavam evidenciando. Mas até hoje a situação segue do mesmo jeito.

Apesar das rondas feitas pela polícia nas imediações da fazenda, isso não tem trazido segurança para os trabalhadores. De lá pra cá, já foram feitos cinco Boletins de Ocorrência, que não valeram de nada até agora. Tomara que não seja somente para registro! Em Felisburgo foi assim...

As ameaças continuam... depois dos tiros disparados contra os trabalhadores na semana passada, ontem foi a vez de os capangas (mais de 20) apreenderam (novamente) o gado dos Sem Terra e Quilombolas no curral da sede da fazenda e montaram um cerco para que não fosse solto. Vivem nas imediações da Fazenda, mesmo depois de terem sido apreendidos pela PM e constatadas passagens pela polícia de muitos deles.

Os Sem Terra diante da insegurança estão muito desesperançosos, além de "desamparados". Temem muito pelo pior: morte de companheiros e/ou desistência de famílias acampadas há quase dez anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Suplicam apoio! O INCRA esteve na cidade (Almenara) na semana passada, mas não quis, de modo nenhum, ir visitar o “palco da batalha”.

Solicitamos providências. Os boatos continuam e não vemos mobilização para coibir a prática de crimes.

No aguardo,

Antoniél – MST e frei Gilvander Luís Moreira, da CPT.
(31 8731 2732) ou (33 9126 9319)

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Agricultores do Rio Grande do Sul protestam contra a demarcação de terras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013

Grupo bloqueou entradas do Palácio da Justiça e exigem que governo apresente uma alternativa aos trabalhadores rurais



Agricultores familiares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocupam entrada do Palácio da Justiça e exigem solução para questão de demarcação de terras

Correio Braziliense – Integrantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul (Fetraf-Sul) protestam em frente ao Palácio da Justiça, na manhã desta quarta-feira (6/11) contra a demarcação de terras indígenas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. De acordo com a Polícia Militar, estão no local cerca de 80 manifestantes. Eles bloquearam todos os acessos ao prédio e pedem uma reunião com o ministro da Justiça.

O coordenador da Fetraf-Sul, Rui Valença, explica que os agricultores estão perdendo as terras que ocupam no sul do país, por conta da

demarcação de terras indígenas. Segundo ele, o grupo quer que o governo apresente uma alternativa aos agricultores. “O estado colocou os agricultores lá [nas terras demarcadas] há mais de 100 anos e esse mesmo estado quer tirar agora, sem apresentar uma alternativa para os agricultores”, afirma Rui.

Além do ministro da Justiça, o grupo espera se reunir com outras autoridades, como o ministro do Desenvolvimento Agrário e o secretário da Presidência da República. Para Rui, a reivindicação não é contra os indígenas. “Não estamos questionando o direito dos índios, mas queremos assegurar nossos direitos.”

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



O “tamanho da Bélgica” e a importância da garantia das terras indígenas no Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013

Oiara Bonilla – Amazônia Real

Quem já não ouviu alguma vez um jornalista, um político ou até, mais recentemente, um juiz do STF (Supremo Tribunal Federal) comparar o tamanho de alguma terra indígena com a extensão da Bélgica? A escolha, quase obsessiva, pelos inimigos da causa indígena, da Bélgica como unidade de medida, para tentar horrorizar aliados ou a opinião pública com o tamanho supostamente excessivo de uma terra indígena, não deixa de ser interessante e digna de reflexão.

Além do fato de se tratar de uma minúscula monarquia federal (30.528 km²), parece que a escolha desse país não se explica apenas pelo seu tamanho. Afinal, por que nunca usar a Guatemala, a Serra Leoa ou mesmo o Uruguai? Creio que, no fundo, o argumento se embasa no contraste preconceituoso entre um país de primeiro mundo ‘moderno’ e uma terra indígena ‘primitiva’ (vide os argumentos sobre produtividade e improdutividade que geralmente acompanham esse tipo de comparação).

Mas, parece que pouco sabem aqueles que recorrem a essa “unidade de medida” sobre os profundos embates territoriais e linguísticos que dividem política e ideologicamente aquele país e que não encontram nenhum caso semelhante no mundo indígena. Tampouco sabem sobre a situação ambiental da Bélgica, cuja superfície está fortemente urbanizada (20% do território já está construído ou asfaltado). Nada mais oposto à situação das terras indígenas demarcadas, que são campeãs de preservação da biodiversidade no país, registrando os menores índices de desmatamento, tanto na Amazônia quanto no cerrado.

Ironias à parte, o mais importante é ressaltar o quanto esse tipo de argumento é alheio ao pensamento e às concepções indígenas de território, espaço ou terra. No Brasil, são hoje 241 povos indígenas, que falam mais de 150 línguas – tão distintas entre si quanto o português, o alemão e o chinês – e essa diversidade apenas nos permite entrever a variedade de mundos que ela implica.

Quando os povos indígenas são indagados sobre suas terras, mobilizam conceitos que fogem a nossa concepção ocidental de propriedade. A terra não é um bem, limitado e circunscrito, que se pode ou se deve explorar, para dela tirar seu sustento ou lucrar. Ela é antes de mais nada um espaço relacional, i.e. o espaço dinâmico e multi-dimensional sobre e com o qual se estabelecem relações com outros seres humanos e não-humanos (terrestres, aquáticos, aéreos; visíveis e invisíveis).

CONT.



A vida é fruto dessas relações. Ou melhor dizendo, tirar seu sustento de um determinado território é estabelecer com os seres humanos e não-humanos que o habitam diversos tipos de relações que são precisamente a garantia e o sentido da vida. Assim, caçar não é apenas pregar uma ou outra espécie animal, mas sim estabelecer com ela relações, por exemplo, de guerra, de casamento, ou de intercâmbio. O leitor vai se surpreender: como assim estabelecer trocas com não-humanos?

Justamente, porque falar em terra indígena, nos termos indígenas, não é falar apenas em espaço territorial, é acessar outros mundos, diferentes do nosso, onde humanidade, animalidade, natureza e sobrenatureza não se definem nem se articulam separadamente.

Na coluna anterior, apresentei um exemplo de gestão territorial em terras indígenas que está dando seus primeiros frutos. Ele pode ajudar a entender este ponto: se os Paumari escolheram o manejo do pirarucu, não é apenas porque o pirarucu é lucrativo e está em extinção (uma vez que nossos pescadores urbanos estão acabando com ele, para abastecer o nosso mercado interno) – essas são as “nossas” razões, que eles também conhecem e mobilizam – mas é, sobretudo, porque os Paumari tecem relações com os seres aquáticos, interlocutores importantes em seu mundo.

Com estes seres trocam-se objetos, nomes e alimentos nos rituais, estabelecem-se alianças xamânicas que permitem a cura de doenças, e assim por diante. Portanto, matar um pirarucu não é apenas matar um bicho (para comer ou vender). Pescar, caçar, matar, cozinhar, criar, consumir e até vender são todos atos e processos que implicam sempre relações com coletivos diferentes, inscritas em temporalidades e espacialidades diversas. Sendo assim, são precisamente as relações com esses coletivos que definem um espaço de uso, um território, uma terra. Ao longo de um processo demarcatório, cabe aos antropólogos, em seus trabalhos de identificação, mapear e entender essas dinâmicas relacionais.

Limite, tamanho, propriedade, controle, começo e fim de um espaço, só fazem sentido contextualizados pelas relações que estão em jogo. A garantia da terra proporcionada pela Constituição, apesar de fixar limites e de se sobrepor à diversidade e à fluidez das concepções indígenas de espaço e território, deve garantir terra suficiente, assegurando o espaço vital que permite a continuidade existencial dos povos indígenas.

Retalhar, atravessar, controlar, limitar, ainda mais essas terras e seus processos de reconhecimento, como propõem inúmeros projetos de lei que tramitam hoje nos corredores de Brasília (vide a Portaria 303 da Advocacia Geral da União, atualmente em foco), significa assinar a sentença de morte destes povos. Respeitar a Constituição e as convenções internacionais assegura espaço para a existência plena, o “bem viver” dos povos indígenas. E, talvez um dia (quem sabe?), seremos capazes de aprender com eles a conviver com outros mundos, sem nos preocupar com o tamanho da Bélgica.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

Código Mineral: de costas para a sociedade
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013

Que muda com a nova lei de mineração, que Congresso analisará, em 2014. Por que movimentos sociais precisam exigir debate público

Por Marcelo Degrazia – Outras Palavras



O projeto do novo marco regulatório da atividade mineradora, o PL 5.807/2013, tem provocado críticas de vários setores da sociedade civil. Em especial por seu caráter antidemocrático (elaborado em gabinete fechado) e por fazer tabula rasa dos enormes impactos socioambientais causados pelas empresas. Aplainado pela frente parlamentar da mineração – a exemplo do Código Florestal de 2012, desfigurado pela bancada ruralista –, tem mais de trezentos e setenta emendas e deve ser apresentado à Câmara Federal nesta quarta-feira, 6 de novembro, pelo relator

Leandro Quintão (PMDB-MG). Por suas falhas, pelas polêmicas que provoca e pela falta de discussão, sua votação deve ficar para o ano que vem.

O PL desagrade às gigantes do setor, que veem nele a porta de entrada à maior participação do Estado no negócio. E também às pequenas empresas de geologia e pesquisa mineral, que identificam no projeto reserva de mercado às gigantes, com sua provável expulsão do jogo. Já advogados apontam insegurança jurídica, pois o novo marco deixa o detalhamento de algumas matérias para decreto presidencial e regulamentação da agência fiscalizadora do setor, a ser criada.

A seu favor pode-se apontar a inovação no regime de concessões, o fato de que o Estado passa a ter participação no produto da lavra e que as concessões deixam de ser ad eternum.

“DNA” do Código

O PL prevê como regimes de concessão: a licitação, a chamada pública e a autorização. O primeiro caso será aplicado a áreas consideradas estratégicas e de grande valor econômico,

CONT.



segundo definição do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) – outro órgão a ser criado. Fora isso, a concessão será precedida de chamada pública, por iniciativa da agência reguladora ou de interessado. A autorização, regime de concessão mais simples e rápido (que revoga o Regime de Licenciamento criado pela lei 6.567/1978), será aplicada para minérios de uso na construção civil: argila para tijolos, telhas e afins, rochas ornamentais, água mineral e minérios utilizados como corretivos de solo na agricultura.

Nas licitações, o código inova nos critérios de julgamento para a concessão. A exemplo do leilão de Libra, a empresa deverá oferecer um bônus de assinatura; e também um bônus de descoberta, depois de apurado o potencial econômico do bloco. Outro critério será o programa exploratório mínimo, um conjunto de atividades a ser realizadas obrigatoriamente pelo concessionário na fase de pesquisa.

Um dos critérios decisivos, que poderá ser considerado de maneira isolada ou combinada com um ou vários dos demais, é a participação no resultado da lavra. Hoje, a empresa concessionária tem direito a 100% da propriedade do produto da lavra. Aqui há uma mudança substancial em favor do Estado, que terá assegurada uma participação mínima no produto, sem prejuízo da carga tributária e de taxas. Aqui, seria desejável que os percentuais de participação do Estado já fossem definidos pelo código ou sua regulamentação, já que os governos mudam, a orientação das licitações sofrem ingerências políticas e não é de se duvidar, com base no histórico das concessões, a ocorrência de arreglo prévio entre empresas.

O prazo dos contratos não será mais ad eternum ou até o esgotamento da mina, mas terá vigência de quarenta anos, prorrogável por períodos sucessivos de até vinte anos, desde que as obrigações legais e contratuais sejam atendidas pelo concessionário. No ato da prorrogação, a critério do poder público, poderão ser incluídos nos contratos de concessão novas condições e obrigações. Vale ressaltar aqui que os novos contratos terão uma cláusula específica para os critérios de devolução das áreas e fechamento das minas, em que estará incluída a obrigação de recuperação ambiental das áreas afetadas pela atividade, “conforme solução técnica exigida pelo órgão ambiental licenciador”.

Sanções

As hipóteses de incidência de sanções serão reguladas pela nova Agência Nacional de Mineração (ANM). O código elenca quatro sanções administrativas (multa, suspensão temporária de atividade, apreensão de minério, bens e equipamentos, e caducidade), mas a agência estipulará as hipóteses e os critérios de sua aplicação. Mais uma fragilidade do código, pois a própria lei deveria trazer as hipóteses, critérios e graduação das penalidades, em especial nos casos de infrações socioambientais – evitando assim ingerências políticas nos regulamentos.

O caso da hidrelétrica de Belo Monte é um exemplo. Por não executar as condicionantes socioambientais exigidas pelo Ibama antes da Licença Prévia, fato denunciado pelo Ministério Público Federal, o consórcio teve suas atividades suspensas por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em outubro de 2013. Mas o presidente do Tribunal, apoiado em lei

CONT.



editada em 1964 e reeditada em 1992, que suspende liminares contra o poder público se essas representarem “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”, suspendeu a liminar. E assim a Belo Monte pôde retomar suas atividades que, entre outros efeitos, causam graves lesões à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública dos povos indígenas e ribeirinhos da região.

Assim como para Belo Monte, a lei das liminares também beneficiaria as mineradoras ao longo de toda atividade. Portanto, além da fixação dos critérios na própria lei, o Congresso deveria se empenhar para revogar a lei de 1964, criada para garantir, sem maiores considerações socioambientais, a continuidade de obras faraônicas como Transamazônica e Itaipu – num tempo em que a discussão do governo com a sociedade organizada e com as comunidades atingidas era praticamente nulo.

“Monopolização” da pesquisa

Ao contrário do código atual, o projeto reúne num único título a pesquisa e a lavra. Hoje é possível uma pessoa ou escritório de geologia fazer a pesquisa e, comprovado o valor econômico da área, negociar a concessão com uma mineradora. Ao vincular pesquisa e lavra num único título, concedido agora apenas a empresas capazes e habilitadas à lavra, diz o governo pretender, além de estimular a concorrência no setor, eliminar a “especulação” permitida pelo modelo atual.

Os bônus de assinatura e de descoberta, e o programa exploratório mínimo (que exigirá investimentos das empresas) são fortes instrumentos dessa nova política, pois, já eliminada a possibilidade de pesquisa por pessoas físicas, impossibilitariam a participação de pequenas empresas como outorgadas. Isso só não atinge a lavra garimpeira, regulada por lei específica. O projeto mantém a exigência de taxa anual por ocupação e retenção da área, de modo progressivo em função do porte da mineradora.

A consequência desse novo regime de pesquisa é nociva às pequenas empresas do setor, pois retira a figura da prioridade presente no código atual. Hoje, uma pessoa ou pequena empresa pode pesquisar e descobrir uma área com grande potencial econômico e obter a prioridade. Pelo novo código, porém, se a área estiver fora daquelas consideradas estratégicas pelo governo (para futuras licitações), deverá informar suas características e localização exata, e não terá direito à prioridade pela descoberta. Ao contrário, haverá uma chamada pública, e se a área for mesmo de grande potencial econômico atrairá o interesse das grandes empresas, que fatalmente a abocanharão.

As pesquisas ficam assim prejudicadas, e muitas das pequenas empresas do setor estarão sendo jogadas para fora do mercado em favor das grandes. Isso abre a possibilidade de uma concentração, com as grandes empresas absorvendo as estruturas e mão de obra das pequenas. Vale lembrar que, nesse trabalho pesado e inóspito de pesquisa, as chamadas junior companies são reconhecidas por descobrir a maior parte de depósitos minerais com potencial econômico. Em dez anos, foram localizadas por elas mais de 2,8 milhões de toneladas de

CONT.



níquel, mais de 800 mil toneladas de cobre, mais de 650 milhões de toneladas de ferro e mais de mil toneladas de ouro, cujo valor total in situ soma mais de 164 bilhões de dólares – conforme Nota de Repúdio e Resposta ao Ministro Edison Lobão, assinada por entidades do setor.

Não se deve perder de vista, porém, que pelos tipos de concorrência o modelo proposto valoriza mais os depósitos minerais, os quais são, em última instância, riqueza da União. Talvez aqui a saída fosse criar um bônus de descoberta que reverterse, inteira ou parcialmente, ao descobridor do depósito. Acontece que a figura do bônus está presente apenas no modelo de licitação. Tal solução estimularia a pesquisa em áreas não cobertas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que passará a ter papel central no assunto.

A CPRM, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, será encarregada de desenvolver estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o aproveitamento dos recursos minerais. O governo federal destaca o papel da CPRM como fundamental para a realização da pesquisa de minérios, bem como para a implantação e gestão de informações sobre geologia, recursos minerais continentais e marinhos, entre outros. Suas informações geológicas sobre o potencial exploratório do território ajudarão a orientar as licitações quanto à escolha dos blocos a serem disponibilizados para atividades de pesquisa e lavra.

Em outras palavras: o governo promete investir em pesquisa para aumentar as possibilidades de exploração da geodiversidade do país, e dessa forma aumentar a participação do setor no PIB nacional, hoje em torno de 4%.

Nova política de mineração

O PL cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), órgão vinculado à presidência da República e presidido pelo ministro de Minas e Energias – responsável por propor diretrizes para o planejamento da política mineral. E também a Agência Nacional de Mineração (ANM), autarquia vinculada ao Ministério, com autonomia financeira e administrativa. A ela caberá regular, fiscalizar e promover a gestão de informações do setor. Será responsável pela implementação da política nacional para a atividade minerária, em apoio técnico ao CNPM.

A ANM será sucessora do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) , criado em 1934. Uma das razões para a substituição do órgão atual é a precariedade da fiscalização e o acúmulo de sanções administrativas aguardando solução. A “espera” pode chegar a vinte anos. Na verdade, o que as empresas aguardam é que sejam abonadas suas multas e penalidades. A lógica, aqui, é a mesma aplicada aos infratores ambientais com a aprovação, em 2012, do novo Código Florestal: anistia das dívidas por desmatamento ilegal, gerando o conhecido clima de impunidade. Assim como neste pesou a atuação da bancada ruralista no Congresso, agora é a vez da frente parlamentar da mineração, financiada em suas campanhas eleitorais por empresas do setor como Vale, Usiminas etc.

CONT.



Mais recursos para a União

Outra mudança, curiosamente reclamada sem ênfase pelas empresas, é o aumento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Atualmente de 0,2% a 3%, chegará até a 4%, a partir do teor do minério e de suas respectivas cadeias produtivas. O minério de ferro, por exemplo, passará de 2% para 3%. As alíquotas de cada mineral serão definidas por decreto da presidência. Com a mudança, o governo espera elevar a arrecadação atual, de 1,8 bilhão de reais, para 3 bilhões de reais.

Outra mudança significativa, que deverá impactar o montante da Compensação, é a da base de cálculo da CFEM. Esta deixará de ser a receita líquida das empresas para ser a receita bruta de vendas, deduzidos os tributos efetivamente pagos (ICMS, PIS, Cofins). Já a distribuição da CFEM permanecerá a mesma: 12% para a União, 23% para os Estados e 65% para os municípios, no caso de a produção ocorrer em seus territórios. Esse pacote de bondades para os municípios é fruto do reconhecimento dos violentos impactos socioambientais causados pela atividade mineradora. Em princípio, as receitas deverão ser aplicadas em projetos que beneficiem as comunidades locais atingidas pelos empreendimentos, fiscalizadas pelos órgãos federais, comunidades atingidas e eleitores em geral.

Neodesenvolvimentismo e velhos danos socioambientais

Tudo indica que, com esse marco regulatório, o governo quer provocar um novo surto desenvolvimentista no setor, sem considerar questões socioambientais. A elas são feitas apenas referências de ordem genérica, que na "hora H" poderão sofrer o enquadramento coercitivo do Estado, na tradição do relevante interesse público da União, ou, nos termos do novo código: "o aproveitamento dos recursos minerais é atividade de utilidade pública e de interesse nacional". Mas não reserva nenhum artigo aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que fatalmente continuarão sendo atingidos. Nenhum dispositivo concreto sobre impacto ambiental, nenhuma palavra sobre biodiversidade. É a velha política, nociva e leniente, no novo código.

Na prática, a CFEM é uma transferência de responsabilidades. Mas contratos atuais, tal qual o da Belo Monte, já trazem como condicionante ambiental o investimento em postos de saúde, escolas, vias públicas etc. Uma ação ajuizada contra o não-cumprimento de condicionantes socioambientais para obter as licenças, situação comum na exploração de recursos minerais e hídricos, leva em geral anos para chegar a um termo, e, quando isso ocorre, não há como voltar ao estado anterior, pois o fato está consumado. Restará pleitear uma indenização financeira, cujo valor será consideravelmente reduzido por ingerências políticas, quando não anulado pelo perdão do Estado. É o último confisco do grande capital praticado contra as riquezas brasileiras, aqui incluídos os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e todo o sacrifício de fauna e flora realizado em nome do lucro da iniciativa privada.

Embora o projeto de lei faça oito referências genéricas à cultura ambientalista, em expressões como forma sustentável, recuperação ambiental e recuperação dos danos ambientais causados

CONT.



pela atividade de mineração, ele, juntamente com o Código Florestal de 2012, representa na verdade uma guinada conservadora na política ambiental brasileira, em favor de um surrado modelo exportador de commodities.

Apesar da grande importância do setor na economia do país, isso não exige o poder público de sua responsabilidade de consignar os instrumentos jurídicos, políticos, materiais e humanos para, na implantação de sua nova política mineral, assegurar de maneira eficaz os direitos dos povos e da natureza.

Ligações Perigosas

Na elaboração do projeto do novo código, é possível constatar as distorções políticas do nosso modelo de representação parlamentar, como fica evidente na pesquisa de Clarissa Reis Oliveira, "Quem é quem nas discussões do novo código da mineração", produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

O deputado federal do PT mineiro Gabriel Guimarães, por exemplo, – titular na Comissão de Minas e Energia, na Subcomissão Permanente sobre o Marco Regulatório de Mineração do Brasil e presidente da Comissão Especial que analisa a proposta do novo código – foi eleito em 2010 com financiamento da Gerdau Comercial de Aços S/A, Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração e Rima Industrial S/A, entre outras, numa campanha nada modesta de 3 milhões de reais. Também o relator do projeto, deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG), foi financiado, no mesmo ano, por empresas como Usiminas, Gerdau e Acelor Mittal, com quase 20% da receita declarada de 2 milhões de reais provenientes do setor de mineração.

Esse é o grau de promiscuidade existente entre as empresas privadas e aqueles que deveriam representar a população. (Conforta lembrar campanhas modestas, de cem a duzentos mil reais, financiadas em grande parte por doadores individuais, além do próprio candidato).

Mais um dado, no mínimo perturbador. Um dos signatários do projeto enviado ao Congresso é o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, cujo filho é proprietário da mineradora Vale do Sol. O que dizer dele e da frente parlamentar da mineração, e outras frentes, que não apenas advogam, mas também legislam em causa própria? (Mais "ligações perigosas" na matéria da Agência Pública.)

A subordinação dos políticos às corporações parece evidente nos anos de contato entre equipes do governo e representantes das empresas do setor, em que diversas sugestões e reparos foram propostos por estes e acatados por aqueles. As discussões foram feitas nos gabinetes, e em nenhuma etapa entidades civis foram convidadas a participar. O lacre final do projeto foi votação em regime de urgência.

Os vínculos entre a política institucionalizada e as corporações que detêm o poder de fato alijam as organizações civis do debate e reforçam os métodos antidemocráticos de parte considerável da sociedade brasileira. É o que chamamos de o poder na sombra.



5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena será adiada para dezembro, mas importante é noticiar a agenda do Secretário
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 6.11.2013



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

A 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, marcada há mais de um ano para o período de 26 a 30 de novembro, ou seja, daqui a 20 dias, vai ser adiada para 3 a 6 de dezembro. A justificativa é que não foi possível conseguir hotel para hospedar os participantes indígenas. Com certeza, mais de 12 meses é um prazo por demais curto para isso, considerando-se não só a parca oferta de hotéis em Brasília como os requintes que com certeza a Sesai considera importantes para recepcionar seus convidados.

A notícia deve ser divulgada a qualquer momento, pelos diversos meios de divulgação da Conferência. Que eu conheça, ela dispõe de um blog (5ª CSNI), de espaço no Portão do Saúde (do Ministério) e, ainda, de uma página específica no face-book (5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena). De todos, o mais rápido sem dúvida deveria ser o face-book. No entanto, a página em questão tem coisas muito mais importantes para noticiar: postada exatamente há uma hora, lá está um "Bom dia!", seguido do link para "conferir a agenda do secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, para esta quarta-feira, 6 de novembro".

Nenhuma menção à Conferência, mas, se formos adiante, seremos conduzid@s ao Portal e informados de que o Secretário Especial da Saúde Indígena, Antônio Alves, terá de fato um dia extremamente atarefado: às 9 horas (coisa que já deve acontecer, pois), ele e sua Equipe Técnica abrirão os envelopes com as propostas das entidades que concorrerão à licitação para

CONT.



cuidar da saúde dos indígenas, que aliás é a atividade fim da Sesai. Quanto tempo a análise das propostas levará é impossível saber, mas o outro compromisso do Secretário nesta quarta será às 18:30h: a 251ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde.

Quem sabe em algum momento entre a abertura dos envelopes (com seu provavelmente surpreendente conteúdo em termos de instituições proponentes) e esse final da tarde, haverá um momento em que será possível divulgar a notícia do adiamento. E mais: talvez, até, se preocupar um pouquinho com o fato de que os povos indígenas, embora disponham de aviões particulares e helicópteros para seus deslocamentos, costumam ter agenda bastante repletas de compromissos outros, como fugir de ameaças e de balas de jagunços, por exemplo, o que talvez prejudique de alguma forma sua capacidade de estarem presentes a uma conferência que vem sendo preparada – repito – há mais de um ano!

Agora: para falar a verdade, quanto menos vierem, melhor! Todos sabemos que indígenas além de tudo vêm se mostrando uns grandes encenqueiros. Foi-se o tempo em que se deixavam presentear, convencer e catequizar com facilidade razoável. E seus aliados não são muito melhores que eles. Alguns, até, chegam a ajudá-los a denunciar convênios estranhos, gravações esquisitas, postos de saúde em abandono, remédios que não chegam, índices de mortalidade de todo indesejáveis. Possivelmente haverá até que questione como, “com um orçamento de quase R\$ 1 bilhão por ano, eles não conseguem executar as questões mais básicas, como realizar uma conferência que já estava marcada há mais de um ano!”.

Como é duro trabalhar para o Governo Federal quando se tem que lidar com esse tipo de gentes!



“Não há orientação suficientemente ampla capaz de nortear a ação do Estado em relação à questão do índio no Brasil”, disse Maggi

SÍTIO REPORTEER NEWS, 6.11.2013

“Não há nada no leque de políticas públicas do Governo Federal que possa ser tomado como um conjunto ao menos razoável de medidas tendentes à finalidade indigenista. Não há orientação suficientemente ampla e coesa, capaz de nortear a ação do Estado em relação à questão do índio no Brasil”, disparou o senador Blairo Maggi, durante Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, nessa terça-feira (05.11).

O evento foi destinado a discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em terras indígenas. Durante a reunião, dois técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, apresentaram graves denúncias ocorridas na década passada, sobre exploração ilegal de recursos dentro de reservas indígenas, com a conivência do poder público. Os funcionários apresentaram documentos e fitas de vídeos como provas dos seus próprios relatos.

No entanto, ambos focaram em um caso específico, ocorrido nas reservas indígenas ocupadas pelas etnias Suruí, Zoró, Saquirabiá e, em particular, a reserva Roosselt da etnia cinta-larga, localizada no sul do estado de Rondônia. Entre 2001 e 2005, a reserva foi centro de conflito por causa de um garimpo, assim como exploração de madeira. Segundo eles, o então Procurador da República naquele estado, Reginaldo Pereira Trindade, em reunião no dia 19 de agosto de 2005, posicionou-se de forma favorável à continuidade da exploração madeireira nessas terras.

“Tal parecer dado pelo Ministério Público Federal, representado pelo Sr. Trindade, circulou com rapidez na região. Por consequência, centenas de caminhões, tratores e outros maquinários, ingressaram nas terras indígenas Suruí, Zoró e Cinta-largas”, relatou Valdir de Jesus. Para o senador Blairo Maggi, o grande problema na exploração de recursos dentro das reservas indígenas é a falta de leis específicas que regulamentem tal objetivo. “Não podemos mais fazer vista grossa para essa questão. Esse tipo de exploração é uma realidade e, muitas vezes, com consequências trágicas”, afirmou.

O parlamentar chamou a atenção para o fato de que 13% do território nacional são reservas indígenas, o que equivale a 110 milhões de hectares e que essas terras não podem simplesmente ficar paradas, intocadas. “É preciso políticas do Governo Federal para que as riquezas dessas terras sejam usadas. O que fazem, hoje, é bater a carteira do Brasil. É paralisar o desenvolvimento onde ele é mais necessário, onde o País está novo e ainda pode crescer e prosperar, para o bem-estar de índios e não índios, ou seja, para o benefício de todo cidadão brasileiro”, disse Blairo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Exploração X Regulamentação Para o coordenador-geral de Gestão Ambiental da FUNAI, Jaime Siqueira, os recursos naturais devem ser explorados quando devidamente regulamentados e, segundo ele, a FUNAI não tem uma visão romântica e nem radical no sentido de que não devam ser aproveitados os existentes em terras indígenas. "Distribuímos aqui hoje, cópias de um decreto assinado no ano passado que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), que tem por objetivo garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, nos termos da legislação vigente", explicou Siqueira.

Fonte: Assessoria de Comunicação



Índio não quer mais apito. Agora índio quer livros!

SÍTIO GAZETA, 6.11.2013

Por Redação

Inscrições ao Vestibular Indígena se encerram na sexta-feira

Quem achava que uma casa de passagem para os povos indígenas era grande coisa, que passe a tratar os índios com mais respeito e dignidade. Eles terão um vestibular especial, o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, cujas inscrições seguem abertas até a próxima sexta-feira. Ao todo são 12 universidades estaduais envolvidas, entre elas a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), ofertando seis vagas cada. Verdadeiro avanço e valorização de uma raça e não as chacotas que cercaram a discussão sobre a casa de passagem.

Esse Vestibular visa ao atendimento da Lei Estadual número 13134, de 18/04/2001, e da Lei Estadual número 14995, de 09/01/2006, que reserva vagas em cada uma das universidades públicas estaduais do Paraná para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas do estado. Nesta edição, a Instituição responsável pela elaboração e execução do Vestibular é a Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp).

As fichas de inscrições, portanto, devem ser enviadas ao Campus da Uenp, em Jacarezinho – Paraná. Rua Padre Melo, 1200. CEP – 86400-000, até o próximo dia 8. As provas também serão realizadas no Campus da Uenp, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2013. Aos candidatos inscritos, serão disponibilizados alimentação e alojamento entre os dias 10 e 12 de dezembro.

As provas são distribuídas da seguinte forma: no primeiro dia (11), será realizada a prova oral de Língua Portuguesa; no segundo dia (12), a prova será escrita com questões de Língua Portuguesa – Interpretação de Textos, Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol) ou Língua Indígena (Guarani ou Kaingang), Biologia, Física, Geografia, História, Matemática, Química e Redação.

A classificação dos candidatos será feita por sua opção de instituição escolhida e, a partir desse critério, por ordem decrescente dos escores obtidos pela somatória dos pontos atribuídos em cada uma das provas.

Por Anselmo Cordeiro/PNSR

Procurador averigua denúncias de 'confisco' de cartões de indígenas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 6.11.2013



Procurador da República, Marco Antonio Delfino de Almeida conduz a operação junto ao comércio nas aldeias - foto - Douradosagora

A operação de um dia, realizada pelo Ministério Público Federal, Anvisa, Inmetro e Força Nacional, já apreendeu alimentos impróprios ao consumo, fiscalizou alvarás e principalmente apura denúncias de apropriação de cartões de benefícios dos índios.

A ação acontece junto aos estabelecimentos localizados na rodovia MS-156, de acesso entre Dourados e Itaporã, e que corta a Reserva Indígena.

Conforme noticiado anteriormente pelo Douradosagora, moradores nas Aldeias Bororó e Jaguapiru vinham, supostamente, sendo obrigados a entregar os documentos em troca de alimentos, bebidas alcoólicas e outras drogas.

A maioria dos acusados foi presa durante Operação Tekohá, desencadeada pela Polícia Federal há cerca de dois anos.

Mas, segundo denúncias, casos como estes continuariam acontecendo na Reserva Indígena de Dourados. Segundo disse esta manhã o Procurador da República, Marco Antonio Delfino de Almeida, ao Douradosagora, os estabelecimentos onde sejam encontrados cartões de benefícios dos indígenas serão multados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Até o momento, nenhum cartão foi encontrado nos comércios fiscalizados na Reserva. Caso contrário, até o final da operação de hoje, se algum caso for constatado, os locais também poderão ser interditados.

Repressão

De acordo com o que lideranças contaram ao Douradosagora, em reportagem anterior, traficantes instalados na reserva apreendem tudo o que dependentes químicos têm, os poucos bens e inclusive os cartões com as respectivas senhas, para sacar os benefícios no autoatendimento dos bancos.

As quadrilhas, inclusive, estariam de olho nas casas e outras propriedade dos indígenas.



"FIM DOS CONFLITOS NA REGIÃO NÃO DEPENDE DA PF"

SÍTIO ILHÉUS 24H, 6.11.2013

DIÁRIO BAHIA

O delegado chefe da Polícia Federal em Ilhéus, Mário Vinicius Neves Lima, falou sobre os conflitos envolvendo pequenos agricultores e índios da etnia tupinambá no Sul da Bahia. A palestra aconteceu no último dia 29 de outubro, durante reunião do Rotary Club de Itabuna. Segundo Mário Vinicius, que foi designado em janeiro para acompanhar essa questão fundiária, a Polícia Federal tem como principal missão acabar com a violência que se instalou durante a ocupação das terras.

De acordo com ele, o fim dos conflitos na região não depende da ação da PF ou da Força Nacional, que fazem a segurança na área, mas sim da Justiça, que precisa tomar decisões sobre a legalidade dos estudos antropológicos.

"Nós não temos atribuição legal para dizer quem deverá ser o dono. A nossa missão precípua é acabar com a violência, seja de que lado for. A PF, por mais que alguns não gostem, é dos brasileiros, sejam eles quais forem", disse o policial.



Mário Vinicius

Justiça determina avaliação de terras em conflito em MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 6.11.2013

Judiciário autoriza perícia para análise do valor real de áreas ocupadas por indígenas em Japorã. Medida vai resguardar direitos em acordo com a União



Indígenas ocupam nove áreas somente na região de Japorã, são 79 em todo estado - foto - Famasul

A Justiça Federal de Naviraí determinou avaliação do valor real da Fazenda São Jorge no município de Japorã. A área de 317 mil hectares está sendo disputada por indígenas da etnia Guarani que ocuparam o local desde o último dia 14. Eles querem a ampliação da aldeia Porto Lindo Yvi Katu. Com a decisão da Justiça haverá uma perícia técnica de engenharia para indicar o valor real da fazenda em questão.

A ordem atende a um pedido do advogado Felipe Ricetti Marques, que representa o proprietário da fazenda. Ele explicou ao Douradosagora que a medida foi tomada para resguardar o direito do fazendeiro de que se a União decidir desapropriar a área terá que pagar pelo valor real da propriedade.

De acordo com ele, numa primeira tentativa de acordo a União teria oferecido em torno de R\$ 3 milhões pela área. Para o proprietário, a oferta representa 10% do que vale a propriedade nos dias atuais. "O meu cliente tem a matrícula da fazenda e estamos provando na Justiça que a União é a única responsável por agir de forma contraditória, porque foi ela mesma quem titulou os fazendeiros", destaca.

CONT.



Nos argumentos da sentença, o juiz diz que o imóvel da requerente encontra-se em área em que há controvérsia sobre a existência de tradicionalidade de posse indígena, tendo surgido questões, sobre a possibilidade ou não de indenização da área.

“(...) Por sua vez, também os documentos dos autos demonstram que, sendo a área objeto de reivindicação pelos indígenas, já foi por estes ocupada anteriormente e pode vir a sê-lo a qualquer momento, indicando o fundado receio de que a verificação de seu real valor venha a ser prejudicado com o passar do tempo. Diante disso, vislumbro a presença dos requisitos exigidos pela legislação processual e, por conseguinte, defiro a produção da prova pericial requerida pelo autor”, determinou.

O magistrado determinou a perícia e já nomeou equipe de engenharia para realizar os estudos necessários, que posteriormente serão levados em consideração no acordo com a União.

“O meu cliente está disposto a negociar, mas desde que a União faça uma proposta justa”, destaca Felipe.

CLIMA TENSO

O advogado diz que o clima é tenso na propriedade ocupada pelos índios. Por causa disso, conseguiu na Justiça o reforço e policiamento 24 horas da Polícia Federal . A Justiça também determinou a intimação da Fundação Nacional do Índio (Funai) para apurar se as ocupações de terras em MS estão ocorrendo com a colaboração ou omissão do órgão. Índios acampados na Fazenda São Jorge também serão ouvidos.

Desde o dia da ocupação, no último dia 14, o número de indígenas passou de 30 para 3 mil naquela região, que envolve outras nove áreas. Há denúncias de que indígenas vindos do Paraguai estariam reforçando o movimento.

INDÍGENAS

Grupo de indígenas que ocuparam nove fazendas na região de Japorã dizem que não há violência por parte deles nas ocupações. Eles afirmam que a situação ficou insustentável porque a União não mostra celeridade nos processos de demarcação e que esta foi a única alternativa encontrada para chamar a atenção para a situação precária em que vivem os povos indígenas.s indígenas.



Audiência revela exploração ilegal em terras indígenas

SÍTIO SENADO FEDERAL, 6.11.2013

Extração de madeira, diamantes e outros recursos naturais vem ocorrendo por omissão ou mesmo permissão de autoridades públicas. Proposta em tramitação no Congresso cria regras para a atividade



Geraldo Magela / Agência Senado

Blairo (C) ouve as denúncias dos técnicos da Funai Valdir de Jesus (E) e José Nazareno

A falta de regulamentação e fiscalização e a omissão das autoridades competentes para coibir a extração ilegal de madeira e diamantes em terras indígenas levaram um procurador da República a autorizar a derrubada de árvores nos territórios, mesmo sem haver previsão legal para tanto, para “quitar débitos” com madeireiros e outros atravessadores. Foi o que denunciaram dois técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai) que participaram ontem de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA).

O caso denunciado reforça, de acordo com os senadores participantes da reunião, a necessidade de aprovar uma lei que permita a exploração legal e sustentável, com pagamento de tributos e destinação de recursos para promover o bem-estar dos índios.

— Não podemos mais fazer vistas grossas a essa questão. A exploração de recursos naturais dentro das reservas é uma realidade e, muitas vezes, com consequências trágicas — disse o presidente da comissão, Blairo Maggi (PR-MT).

CONT.



Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno de Moraes apresentaram documentos e fitas de vídeo para comprovar a autorização ilegal concedida pelo procurador da República Reginaldo Pereira da Trindade, que, segundo eles, promoveu mais devastação da Floresta Amazônica e instigou outras etnias a pleitear o mesmo tratamento. Outro caso mencionado pelos técnicos indigenistas diz respeito à exploração ilegal de diamantes nas terras dos índios cintas-largas, no garimpo Roosevelt. Os debatedores pediram ajuda da comissão para apurar as responsabilidades dos que se omitiram ou permitiram as irregularidades mencionadas.

Sustentabilidade

O coordenador-geral de Gestão Ambiental da Funai, Jaime Siqueira, afirmou que a instituição não é contrária à exploração sustentável de recursos naturais das terras indígenas e cobrou do Congresso a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que traz essa previsão e foi diretamente negociado com várias etnias.

— Não há uma visão romântica nem radical no sentido de que não devemos aproveitar os recursos dentro de terra indígena, desde que seja regulamentado e devidamente discutido com os indígenas. No estatuto, existe certo consenso em relação a essas questões — lembrou.

Vários senadores participantes da reunião se disseram estarrecidos com as denúncias. Cícero Lucena (PSDB-PB) chegou a questionar se não seria o caso de instalar uma comissão parlamentar de inquérito e sugeriu a convocação da presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, e do procurador Reginaldo Trindade para esclarecimentos. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento de audiência, afirmou que a Funai é conivente por não impedir as ações ilegais.

Ivo Cassol (PP-RO) lembrou que o problema ocorreu quando era governador de Rondônia e afirmou que a responsabilidade pela extração ilegal, permitida pela ausência de fiscalização das esferas federais, acaba recaindo sobre as costas dos governadores.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

XII Jogos Indígenas reúne 48 etnias brasileiras e representantes internacionais de 11 países

SÍTIO OLHAR CONCEITO, 6.11.2013



A abertura tradicional indígena do XII Jogos dos Povos Indígenas acontece na próxima sexta-feira (8) às 9h, ao acender o Fogo Ancestral Indígena promovida pelos líderes espirituais das etnias presentes. Já a abertura oficial do evento será no sábado (9) às 16h30. Com uma programação extensa, irão se reunir em Cuiabá 1.600 indígenas de 48 etnias brasileiras, além de representantes internacionais de 11 países.

A programação contará com apresentações culturais, que irão contribuir para que a cultura indígena seja disseminada. Os Jogos ocorrem até o dia 16 de novembro, e durante todos os dias, a partir das 9h, haverá feiras de alimentos indígenas, exposição, vendas de artesanato, pinturas corporais e literatura.

Além disto, também acontece um ciclo de debates. Também haverá, a partir das 19h, a realização de apresentações culturais indígenas e folclores regionais.

O evento será internacional e conta com representantes das nações indígenas de países como México, Costa Rica, Paraguai, Peru, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Panamá e Guiana Francesa.

[Confira aqui a programação completa dos Jogos Indígenas](#)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Jogos Indígenas

Os Jogos dos Povos Indígenas foram realizados pela primeira vez em 1996, com apoio do ministro do Esporte, Pelé, os Jogos possuem o lema: "O importante não é competir, e sim celebrar".

Nos jogos nativos de integração serão disputadas as modalidades de arco e flecha, futebol, arremesso de lança, cabo de força, corrida, natação, canoagem e corrida de tora. Além disto, serão apresentados os jogos tradicionais de demonstração.

Artista plástica realiza exposição indígena no Centro Multicultural da Orla
SÍTIO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 6.11.2013



(Marcos Lima) Com o tema Maloca Querida, 22 obras retratam os costumes, as lendas e o cotidiano dos povos indígenas

No período de 4 a 28 de novembro, o Centro Multicultural da Orla Taumanan, da Prefeitura de Boa Vista, recebe a exposição da artista plástica Carmezia Emiliano. Com o tema Maloca Querida, 22 obras retratam os costumes, as lendas e o cotidiano dos povos indígenas.

De acordo com o superintendente de Cultura da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura (Fetec), Hudson Romério, a parceria do Município com os artistas locais é uma forma de valorizar a cultura regional. "Esse é um trabalho que precisa dessa exposição para as pessoas conhecerem o que temos de melhor. São quadros excelentes que podem ser apreciados por todos. Nossa intenção é sempre oferecer recursos para que nossos artistas possam mostrar seu trabalho", afirmou.

"A cultura brasileira não se resume apenas a samba e futebol. Essa obra é uma maneira de mostrar outra cultura que faz parte do nosso extenso país. O Centro Multicultural é bem localizado, perto do nosso rio e isso chama as pessoas para conhecer a exposição", disse a artista plástica Carmezia Emiliano.

Suas obras já conquistaram quatro prêmios nacionais. A exposição Maloca Querida pretende concorrer também nesse mesmo cenário. Além de retratar o dia-a-dia dos índios na maloca, ela também pintou um quadro para homenagear o palhaço Léo Malabarista, que apresenta a arte circense em vários bairros de Boa Vista.

MPF, Vigilância e Inmetro apreende carnes e vistoria alvarás
SÍTIO DOURADOS AGORA, 6.11.2013



Fiscais durante vistoria em comércio na Reserva Indígena de Dourados
foto - Flávio Verão

Operação conjunta do Ministério Público Federal, Anvisa e Inmetro, com o apoio da Força Nacional, vasculha estabelecimentos comerciais localizados às margens na rodovia MS-156, via de acesso à entrada da Reserva Indígena de Dourados e vilas adjacentes.

Nas primeiras horas de hoje, a ação que vem sendo acompanhada pelo Procurador da República, Marco Antonio Delfino de Almeida, já apreendeu cerca de 50 quilos de carnes e afins, como linguiça, embutidos que estavam sendo curtidos ao ar livre. Conforme os agentes, os produtos não estão apropriados ao consumo.

A operação de um dia, que conta com três equipes e cerca de 30 agentes atuando em vários pontos das aldeias Bororó e Jaguapiru, também cobra alvará sanitário e o prazo de validade do documento.

A ação visa retirar de circulação alimentos impróprios ao consumo e obrigar comerciantes a adequar as condições do estabelecimento para continuarem vendendo mercadorias de acordo com a lei.

Comunidade quilombola promove almoço em alusão ao Dia da Consciência Negra
SÍTIO REGIÃO DOS VALES, 6.11.2013



Almoço comemorativo oferece pratos típicos da culinária quilombola

Dando continuidade às ações desenvolvidas anualmente pela comunidade quilombola do município, alusivas ao Dia da Consciência Negra, a Associação Comunitária Vovô Teobaldo promove no dia 16, seu tradicional almoço com pratos típicos da culinária quilombola, no salão comunitário do Morro São Roque/ Palmas.

Neste ano, a data também será reverenciada pelas alunas do atelier de pintura de Ivoni Dutra Rheinheimer, cujos trabalhos estarão expostos de 16 a 23 de novembro, em diversas vitrines do comércio local, dentro da temática Africanidades. Ambas as iniciativas contam com o apoio da administração municipal e integram a programação oficial dos festejos de aniversário do município.

O Dia Nacional da Consciência Negra foi estabelecido pelo projeto de lei nº 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003. A data escolhida - 20 de novembro - faz referência à morte do líder do Quilombo de Palmares, Zumbi, em 1695. Em Arroio do Meio, a data é comemorada desde 2009, em reconhecimento à comunidade remanescente quilombola, formada por famílias do Morro São Roque, interior do Município.

Fonte: Ass. de Imprensa da Prefeitura de Arroio do Meio
Foto: Angélica Diefenthaler



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Acontece a III CONAPIR em Brasília. 1500 negros, quilombolas, ciganos e religiões de Matrizes Africanas em busca de visibilidade e respeito!

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 6.11.2013

Por Marcos Romão

Dez anos de políticas públicas para atender e diminuir as desigualdades sócio-raciais no Brasil, parecem não terem sido suficientes para diminuir o racismo e a invisibilidade do negro na sociedade brasileira.

Estão reunidos em Brasília 1500 pensadores e ativistas, pessoas de praticamente todas as classes sociais e categorias profissionais ou segmentos religiosos em que o negro brasileiro tenha algum tipo de participação, e nenhuma linha escrita nos noticiários. Bota invisibilidade social nisto.

Somos todos desaparecidos nesta sociedade, em que nosso desaparecimento só ganha notoriedade, quando acontece e aparece um caso tão grave como o desaparecimento do Amarildo. Uma pessoa negra que deixou de ser invisível e foi promovida a uma pessoa com o corpo oculto.

Mas são os ossos do ofício, o que vale é que pude acompanhar a preparação aqui no Estado do Rio deste encontro durante os últimos dois anos. Assisti reuniões nas 5 regiões do Estado do Rio de Janeiro, até escolha dos delegados que iriam à Brasília. foram milhares de pessoas interessadas em darem a sua opinião sobre os destinos do Brasil. Isto é muito bom.

As manifestações de junho por todo o Brasil, apresentaram muitas bandeiras, mas duas que são marcantes e o Movimento negro fala desde a década de 70, é o fim da militarização das polícias no Brasil que vê aos negros como inimigo interno e a denúncia geral do extermínio da juventude negra.

A paralisação da titulação das terras quilombolas pelo poder ruralista assentado no parlamento e no judiciário, nos colocam juntos com os povos indígenas na mesma luta.

O fim da intolerância religiosa, da homofobia e do racismo são também bandeiras que ganharam cunho nacional nos últimos meses.

Este encontro tem tudo para apresentar novas perspectivas na luta contra o racismo no Brasil e colocar a nós negros no mesmo patamar das lutas por liberdades democráticas e de opinião que todo o Brasil clama, conseguindo finalmente que toda a sociedade lute contra o racismo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Caso percamos a oportunidade, nos condenaremos a nós mesmos a continuarmos na invisibilidade dos guetos para onde os empurram.

A chamada oficial da Seppir-Pr

Abertura e encerramento poderão ser acompanhados ao vivo pela TV NBR e no site da III CONAPIR



Além da abertura e do encerramento, outras atividades terão cobertura online.

A abertura e o encerramento da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR) serão transmitidos ao vivo pela TV NBR e pelo site do evento. O acesso eletrônico permitirá também aos interessados conferir entrevistas de participantes, fotos, matérias e vídeos das atividades. As atualizações ainda estarão disponíveis nas redes sociais Twitter e Facebook.

A III CONAPIR acontece de 5 a 7 de novembro de 2013, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília/DF. Com o tema "Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo", a Conferência deste ano tem o objetivo principal de reafirmar e ampliar o compromisso governamental e da sociedade brasileira com políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial como fatores essenciais à democracia plena e ao desenvolvimento com justiça social no Brasil. O evento propõe ainda a avaliação dos avanços obtidos e os desafios a serem enfrentados após dez anos de institucionalização da política de igualdade racial no país.

Resultado de consultas e encontros realizados em todo o país, a III CONAPIR contará com a participação de cerca de 1,4 mil pessoas, entre convidados(as) e delegados(as) saídos das etapas estaduais, das plenárias de matriz africana, quilombola e de povos ciganos. Da mesma forma que as edições anteriores, ocorridas respectivamente em 2005 e 2009, as atividades preparatórias de 2013 mobilizaram milhares de participantes.

O histórico da CONAPIR e os documentos resultantes das plenárias podem ser visualizados na página eletrônica <http://iiiconapir.seppir.gov.br/>.

Dilma envia ao Congresso projeto de cotas raciais em concursos públicos

SÍTIO A REDAÇÃO, 6.11.2013

Percentual é de 20% das vagas



Dilma pediu caráter de urgência constitucional na apreciação do projeto (Foto: Agência Brasil)

Brasília - A presidente Dilma Rousseff enviou na terça-feira (5/11) ao Congresso projeto de lei, em caráter de urgência constitucional, que destina 20% das vagas em concursos públicos federais para negros. Ela disse que o projeto é um convite para que os Poderes Legislativo e Judiciário além dos estados e municípios também façam normas nesse sentido. "A sociedade brasileira tem que arcar com as consequências do longo período escravocrata", disse a presidente.

Segundo Dilma, o regime de urgência do projeto garante que o debate sobre o tema seja amplo e intenso, mas, também, célere. "Nós queremos, com essa medida, iniciar a mudança na composição racial dos servidores da administração pública federal, tornando-a representativa da composição da população brasileira".

A urgência constitucional estabelece prazo de 45 dias para votação do projeto na Câmara e o mesmo período para o Senado, caso contrário tranca a pauta da Casa e proíbe a votação de outra matéria.

A medida foi assinada durante a abertura da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Na ocasião, a presidenta anunciou que comunidades quilombolas terão prioridade no recebimento de profissionais do Programa Mais Médicos. "Nós estamos colocando comunidades quilombolas, junto com os distritos indígenas como locais privilegiados e prioritários para receberem médicos do Mais Médicos", anunciou a presidenta.

CONT.



População negra

No evento, Dima informou também que o Ministério da Saúde terá uma instância específica para coordenar as questões voltadas para a população negra.

Maria Júlia Nogueira, representando o Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial, ressaltou no evento que 51% da população brasileira se declaram negra ou parda. "É um grande desafio consolidar a democracia combatendo as desigualdades sociais e raciais", disse.

Segundo Maria Júlia, estudos indicam que o jovem negro corre quatro vezes mais risco de ser assassinado do que o branco. "O genocídio da juventude negra no Brasil é outro grande problema que precisa ser combatido", cobrou.

Em seu discurso, a presidenta Dilma disse que o governo federal dará respaldo ao Plano Juventude Viva, atuando na articulação com ministérios, governos estaduais e Judiciário "no sentido de assegurar que haja de fato um foco nessa questão".

A 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial começou hoje e reúne, até quinta-feira (7), 1.400 representantes de todos os estados e do Distrito Federal, entre convidados, membros do Poder Público e da sociedade civil, para debater as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade.

No evento, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, lançou ainda um guia para implementação do Estatuto da Igualdade Racial para que os órgãos, estados e municípios saibam como aplicar a norma. (Agência Brasil)



Comunidades tradicionais pedem aprovação de projeto

SÍTIO SENADO FEDERAL, 6.11.2013

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes apontaram a necessidade de estabelecer em lei uma política de desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais



Geraldo Magela / Agência Senado

Representantes de quilombolas, pantaneiros, ciganos e outros povos tradicionais ocupam Plenário durante audiência

Centenas de representantes de quilombolas, índios, ciganos e pantaneiros defenderem a aprovação urgente do Projeto de Lei 7.447/2010, de autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Durante quase quatro horas, eles foram ouvidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e reclamaram também do preconceito, da intolerância religiosa e da falta de representatividade.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo Campos, reconheceu a dívida do Brasil com as comunidades e disse que a aprovação do PLC 7.447/2010 é importante para garantir políticas de Estado, e não de governo.

— Para haver políticas públicas duradouras, é preciso uma norma, um marco legal, caso contrário as ações não têm estabilidade e podem ficar restritas a um determinado governo — argumentou.

CONT.



Depois de ouvir muitas reclamações, principalmente dos ciganos, relativas a falta de direitos básicos, Campos garantiu que o MDS tem a meta de trazer todas as comunidades tradicionais para dentro de programas sociais do governo, como o Bolsa Família, inclusive dos que não têm endereço fixo, situação em que se enquadram muitos grupos ciganos no país.

Representatividade

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, lembrou que o PL 7.447/2010 foi proposto por um parlamentar negro, o que demonstra a existência, ainda que tímida, de representação dos afrodescendentes num espaço de poder como o Congresso.

— A luta pela aprovação do PL é justa, mas não é o fim. É preciso uma mudança na cara do Parlamento para termos aqui dentro ouvidos que nos ouçam e cabeças e corações que nos entendam — afirmou a ministra, que defendeu um percentual mínimo para negros nos Legislativos.

Já a assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Deise Benedito informou que existem 64 lideranças quilombolas inseridas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos por estarem sendo ameaçadas de morte.

Deise defendeu a votação do PLC 4.471/2012, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que extingue os autos de resistência, medida administrativa criada durante a ditadura e até hoje usada pela polícia militar no registro de assassinatos cometidos por policiais.

— Os jovens negros são as maiores vítimas da violência policial, portanto cobrem de seus deputados federais e senadores a aprovação imediata deste projeto, que pode garantir a investigação dos crimes cometidos pelos policiais — pediu.

No fim da audiência pública, Ana Rita (PT-ES) informou que a Comissão de Direitos Humanos do Senado vai apoiar a aprovação dos PLs 4.471/2012 e 7.447/2010 e disse que o colegiado está à disposição para receber as demandas apresentadas na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)



Senado discute políticas públicas para as comunidades tradicionais

SÍTIO INSTITUTO CARBONO BRASIL, 6.11.2013

Indígenas, quilombolas, pantaneiros e outros grupos expuseram as suas prioridades

Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais foram discutidas na manhã desta terça-feira (05/11), durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Representantes de povos indígenas, quilombolas, ciganos, pantaneiros, entre outros, reivindicaram urgência na aprovação do Projeto de Lei nº 7.447, de 2010, do deputado Federal Luiz Alberto (PT-BA), que estabelece diretrizes e objetivos com esta finalidade.

"Há algum tempo existe essa discussão, tanto na Câmara quanto no Senado, a cerca da necessidade de uma legislação específica que regule políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais, que conceitue adequadamente o que eles representam para a sociedade e estabeleça direitos e garantias para essa população que, historicamente, contribui com o desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente", explicou o secretário técnico do Programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Jânio Coutinho, representante do MMA na audiência.

Segundo ele, além de apresentar o que o governo federal já vem fazendo para beneficiar comunidades tradicionais, o encontro foi uma oportunidade para ouvir as demandas e visão desses povos a cerca dos direitos e garantias que necessitam ser defendidos por Lei. "O Bolsa Verde, importante iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, foi criado com o intuito de beneficiar comunidades extrativistas que vivem em Unidades de Conservação", exemplificou Coutinho. O Programa Bolsa Verde remunera com R\$ 300, pago a cada três meses, famílias extrativistas que vivem e exercem atividades em áreas de preservação ambiental.

Saiba mais

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são reconhecidos pelo Decreto 6.040, de 2007, como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição."

Há uma grande sociodiversidade entre os PCTs do Brasil. Segundo pesquisadores, cerca de 25 milhões de pessoas que ocupam um quarto do território nacional, correspondem a povos e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

comunidades tradicionais, entre eles: povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, vaatingueiros, entre outros.



Comunidades tradicionais pressionam pela aprovação do PL 7447

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 6.11.2013

Representantes de comunidades tradicionais de matriz africana, juntamente com ciganos e quilombolas, aproveitam passagem por Brasília, durante III CONAPIR, para mobilização no Congresso em favor de política pública de desenvolvimento sustentável. Representantes de comunidades e povos tradicionais fizeram uma concentração no Senado, na manhã desta terça-feira (5/11), para pressionar a Casa pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 7.447, do Deputado Luiz Alberto (PT-BA). O Projeto "estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais".

A mobilização ocorreu em meio à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que debatia o "Marco Legal para os Povos e Comunidades Tradicionais", presidida pela senadora Ana Rita (PT/ES). As pressões se deram horas antes da abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), que reúne 1,4 mil pessoas até quinta-feira (07/11), no Centro de Convenções e Eventos Brasil 21.

Na prática, a aprovação do PL pelos senadores transformará em lei o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A ministra da SEPPIR/PR, Luiza Bairos, disse, durante a audiência pública, que "a luta é pela cidadania plena, para que possamos construir o destino do país a partir de nossa visão e do que sabemos de nossa história e de nossa cultura".

A ministra salientou que "essa luta é difícil porque somos um adversário interno muito forte", mas garantiu que a aprovação do PL 7.447 não é o fim, porque a representação política dos povos e comunidades tradicionais ainda é muito pequena. "Precisamos mudar a cara do nosso Congresso, porque esta democracia ainda tem que se alargar para cabermos nela", afirmou em tom enfático.

Luiza Bairos lembrou à platéia, composta de lideranças de comunidades tradicionais de todo o país, as ações afirmativas que estão em curso e informou da tramitação de projeto, conhecido como a "PEC das Cadeiras Negras", que estabelece percentual de assentos no Legislativo para homens e mulheres negras.

Ao criticar alegações de desconhecimento sobre programas que a SEPPIR/PR criou para avançar na política de igualdade racial, a ministra enalteceu a importância da implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), como "instrumento concreto para estabelecer compromissos" nessa área.

CONT.



A secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Secomt/SEPPIR), Silvany Euclênio, entende que a mobilização dos delegados da Conferência, logo pela manhã, horas antes da abertura do encontro, deve ser vista como uma boa estratégia pela aprovação do PL 7.447.

Povos e comunidades tradicionais – Atualmente, o Decreto 6.040 considera povos e comunidades tradicionais, os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Territórios tradicionais – O mesmo decreto define como territórios tradicionais “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”.

Em agosto último, a SEPPIR emitiu a Nota Técnica 36/2013, favorável à aprovação do PL. No documento, elaborado pela Secomt, argumenta-se que a aprovação fortalece institucionalmente o Poder Legislativo, pois “compreende-se que a elaboração e implementação de políticas públicas visam assegurar aos povos e comunidades tradicionais direitos já garantidos não apenas constitucionalmente, mas também no âmbito internacional e pela atuação articulada da sociedade e dos poderes públicos”.



Boletim de Notícias - Edição nº 201/ 2013

Brasília, 6 de novembro de 2013.

Capital sediará encontro de povos e comunidades tradicionais do Cerrado e Pantanal
SÍTIO MÍDIA MS, 6.11.2013

Evento acontece entre os dias 8 a 12 de novembro

Assessoria / A. Colman

Com objetivo de mobilizar os povos do Cerrado e do Pantanal, bem como a sociedade para debater, aprofundar os posicionamentos e definir estratégias de ação para a conservação destes biomas e garantir justiça social para os povos e comunidades tradicionais, entre os dias 8 a 12 de novembro, a ONG Ecoa - Ecologia e Ação e a Rede Cerrado realizarão a primeira edição do evento "Coalisão Cerrado - Pantanal".

O evento será uma excelente oportunidade para dar visibilidade ao Cerrado e Pantanal, incluindo as ricas manifestações culturais dos seus povos. Segundo os organizadores o evento mobilizará cerca de 200 representantes indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, agricultores familiares, além de organizações da sociedade civil.

O evento será composto por dois momentos distintos: dias 08 e 09 e 10 (sexta e sábado e domingo) acontecerá o IV Encontro Regional da Rede Cerrado e 11 e 12 (segunda e terça) o I Simpósio sobre Eventos Climáticos Extremos no Pantanal.

IV Encontro Regional da Rede Cerrado

O Encontro propõe estimular a troca de experiências e articulação de pautas de diferentes grupos sociais, bem como qualificar as organizações que fazem parte da Rede para atuação nos espaços de incidência política, mapear os conflitos socioambientais da região, identificar mecanismos e ações para promover a segurança das comunidades ameaçadas e levantar subsídios para proposição e revisão de instrumentos normativos tendo em vista a construção de um marco legal para o Cerrado.

Está previsto na programação do Encontro a discussão dos seguintes temas:

- I) Direitos territoriais e conflitos socioambientais: grandes projetos de desenvolvimento;
- II) Áreas protegidas no Cerrado: desafios e perspectivas e
- III) Produção agroextrativista do Cerrado: oportunidades e ameaças. A temática de água e cultura será trabalhada paralelamente a estas discussões.

CONT.



I Simpósio sobre Eventos Climáticos Extremos no Pantanal

O I Simpósio que acontecerá entre os dias 11 e 12 de novembro faz parte de uma das etapas do projeto intitulado "Mapeamento de eventos climáticos extremos no Pantanal, análise de seus efeitos sobre populações vulneráveis, capacitação local e elaboração de propostas mitigatórias", executado pela Ecoa desde 2011 e que tem por objetivo a identificação, o mapeamento, o estudo e a análise de todos os eventos climáticos e suas consequências sociais, ambientais e econômicas nos últimos cinco anos no Pantanal, associado a um processo de estruturação de políticas, programas e ações concretas com a finalidade de mitigar impactos, particularmente aqueles que incidem sobre as populações mais vulneráveis e que vivem diretamente do uso dos recursos naturais.

Este é o caso, por exemplo, dos milhares de pescadores artesanais e coletores de iscas vivas para a pesca turística nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O simpósio será essencial para que os dados coletados no campo – Planalto e Planície pantaneira - sejam apresentados, colocados em discussão e que as possíveis soluções para a mitigação dos impactos detectadas sejam apontadas.

Serviço

O evento será realizado no Espaço da Museologia, em Campo Grande/MS (Antiga Estação Ferroviária). Informações podem ser obtidas através do telefone (67) 3324 3230.